Extrativismo Vegetal na Amazônia

história, ecologia, economia e domesticação

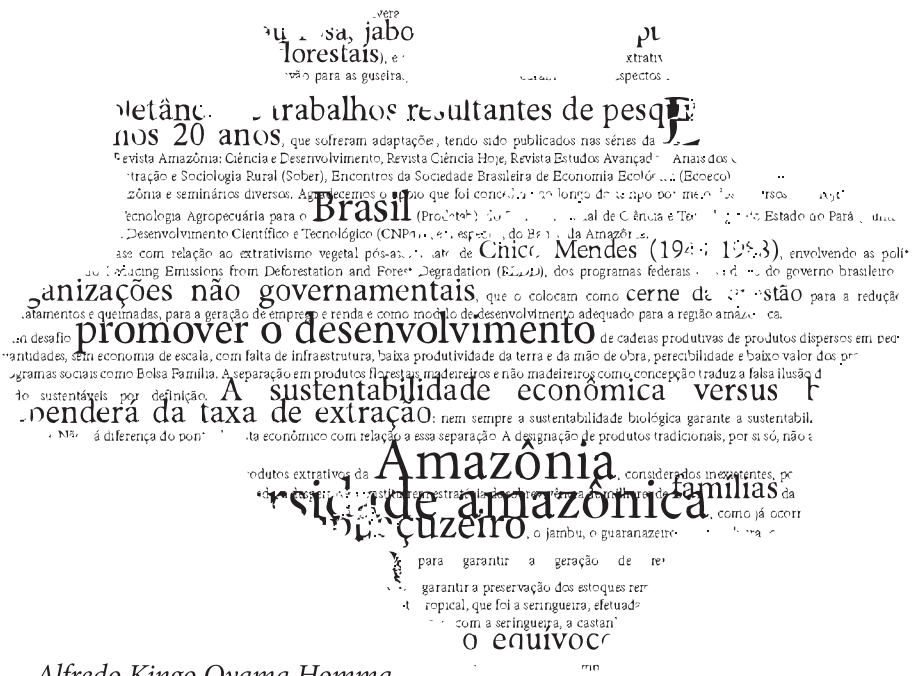
Alfredo Kingo Oyama Homma
Editor Técnico

Embrapa

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Amazônia Oriental
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Extrativismo Vegetal na Amazônia

história, ecologia, economia e domesticação



Alfredo Kingo Oyama Homma
Editor Técnico

Embrapa
Brasília, DF
2014

Cap. 12

Alfredo Kingo Oyama Homma

Cemitério das castanheiras[1]

Introdução

As castanheiras – que produzem a nutritiva castanha-do-pará, um dos principais produtos de exportação da Amazônia – estão desaparecendo no Sudeste do Pará, região com imensas áreas desmatadas e graves problemas fundiários. Muitos fatores contribuíram, nas últimas décadas, para a destruição dos castanhais, que poderia ser reduzida com políticas públicas mais coerentes, fiscalização efetiva do desmatamento e conscientização da população quanto à importância desse recurso natural.

Milhares de castanheiras centenárias desapareceram nos últimos 30 anos no Sudeste do Pará, região que abrange 38 municípios, sendo Marabá o mais importante em termos econômicos. A história da ocupação dessa região por migrantes de outras áreas começou em 1898, quando foi fundado o povoado de Itacaiúnas, que originaria a cidade de Marabá. O povoado nasceu em função da exploração do caucho (*Castilloa ulei*), árvore que produz um látex usado para fabricar uma borracha inferior à obtida da seringueira (*Hevea brasiliensis*).

Com a expansão dos seringais no Sudeste Asiático, ocorreu o declínio da extração da borracha amazônica, o caucho perdeu importância e a extração da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*) tornou-se a principal atividade econômica da região. Durante 60 anos, os castanhais sustentaram milhares de extrativistas e toda uma oligarquia decorrente dessa riqueza. A partir do final dos anos 1960, porém, o governo começou a apoiar a agropecuária, por entender que esta renderia mais que a mata em pé. Com isso, posseiros, colonos e fazendeiros avançaram sobre a floresta, substituindo-a aos poucos por culturas anuais e pastos.

Para promover a ocupação da Amazônia, foram construídas as rodovias Belém-Brasília (BR-010), inaugurada em 1960, e Transamazônica

[1] Versão original publicada em: Homma (2004a).

(BR-230), inaugurada em 1972. Após o ciclo de implantação da agropecuária, uma nova fase começou, voltada para a exploração dos recursos naturais: os minérios da serra de Carajás e a madeira das árvores da floresta. O governo federal criou em 1980 o Programa Grande Carajás, para iniciar a extração mineral, inaugurou em 1984 a hidrelétrica de Tucuruí e, em 1985, a Estrada de Ferro Carajás. Mais rodovias foram construídas, ligando municípios do Sudeste Paraense.

A extração de madeira começou com o mogno e depois atingiu outras espécies, inclusive a castanheira. Em consequência, até 1997, cerca de 70% das áreas de castanhais já haviam sido desmatadas no Sudeste Paraense, segundo estudos de pesquisadores da Embrapa Amazônia Oriental – destruição que se reflete na queda da produção de castanha-do-pará nessa mesorregião (Tabela 1).

Tabela 1. Produção de castanha-do-pará com casca na mesorregião do Sudeste Paraense em toneladas, no período 1950-2012.

Ano	Sudeste Paraense	Pará	Brasil
1950	7.514	-	-
1960	8.095	-	-
1970	17.732	-	-
1973	22.191	-	-
1974	5.588	-	-
1975	8.067	-	-
1976	12.400	-	-
1977	14.621	-	-
1978	15.505	-	-
1979	17.580	-	-
1980	15.139	-	-
1981	12.048	-	-
1982	8.816	-	-
1983	6.143	-	-
1984	5.114	-	-
1985	3.999	-	-
1986	6.654	-	-
1987	5.838	-	-
1988	3.981	-	-
1989	2.909	-	-
1990	3.157	16.235	51.195
1991	2.872	9.456	35.838
1992	2.432	10.962	25.303
1993	2.194	6.936	26.505
1994	2.371	9.689	38.882
1995	1.521	12.215	40.216
1996	1.460	8.458	21.469
1997	1.248	9.510	22.786
1998	1.184	8.150	23.111

Continua...

Tabela 1. Continuação.

Ano	Sudeste Paraense	Pará	Brasil
1999	1.199	5.959	26.856
2000	1.165	8.935	33.431
2001	1.169	6.972	28.467
2002	1.115	5.770	27.389
2003	966	5.361	24.894
2004	1.109	7.642	27.059
2005	953	6.814	30.975
2006	900	5.291	28.806
2007	944	7.639	30.406
2008	940	6.203	30.815
2009	927	7.015	37.467
2010	930	8.128	40.357
2011	932	7.192	42.152
2012	896	10.449	38.805

Fonte: Produção Extrativa Vegetal e Silvicultura (1994); Produção da Extração Vegetal (2012).

Hoje, as castanheiras estão desaparecendo: os madeireiros derrubam tanto as ainda vivas quanto as mortas em pé (cujo alto número levou as pesquisadoras Marília Emmi e Rosineide S. Bentes a criarem o termo "cemitério das castanheiras", em 1988). Também contribuiu para essa destruição a Portaria 108 (1998) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que autorizou o corte (para obter madeira) de castanheiras mortas ou não produtivas nos municípios de Eldorado dos Carajás e São Geraldo do Araguaia, sem ter como realizar uma fiscalização efetiva. A ausência de "esqueletos" de castanheiras em uma área (como entre Marabá e Xinguara) não significa que elas não existiam ali. Na verdade, foram derrubadas pelos madeireiros, o que não ocorria antes em virtude da proibição, da grande disponibilidade de madeira e da abertura de novas frentes de exploração da floresta.

O desmatamento acontece porque, para os pequenos produtores, a extração da castanha-do-pará e do cupuaçu nativo (*Theobroma grandiflorum*) é menos vantajosa: em um lote de 50 ha, a coleta desses frutos renderia R$ 900,00 por ano, enquanto a renda da madeira chegaria a R$ 1.410,00 e a da agropecuária seria ainda maior.

A destruição de castanheiras no Sudeste Paraense está associada às políticas públicas conflitantes, ao forte fluxo migratório, ao surgimento de novas alternativas econômicas e à insustentabilidade da agricultura de derruba-queima e das pastagens. A produção familiar nas chamadas novas fronteiras tende a se manter enquanto não se completa o ciclo de retirada da madeira, seguida de culturas anuais, que se tornam pastagens até o solo perder a fertilidade. Quando os estoques florestais se esgotam, o posseiro ou agricultor percebe que sua sobrevivência será ameaçada em breve e repete o modelo mais adiante, avançando sobre a floresta.

A legislação nunca deixou de proteger as castanheiras, mas as leis – às vezes contraditórias – se revelaram ineficazes, em razão da interpretação duvidosa e da falta de mecanismos para seu cumprimento. Enquanto o comportamento individual for regido por razões econômicas, incentivos e penalidades, a conservação e/ou preservação estará ameaçada. Para reverter a indiferença quanto aos crimes ambientais, é necessário modificar os valores pessoais e definir os delitos individuais na legislação. Ações sociais baseadas em normas de conduta e representações coletivas são a maior garantia para a conservação e/ou preservação dos recursos naturais.

A destruição das castanheiras, apesar da proteção legal e do mercado definido, decorre ainda da perda de competitividade da castanha-do-pará. O açaizeiro (*Euterpe oleracea*), por exemplo, já é conservado pelos coletores em função da valorização dos frutos (em relação ao palmito, que exige o corte dos caules). No caso das castanheiras, porém, é mais lucrativo vender as árvores, ou fazer carvão, ou substituir a mata por culturas agrícolas ou pastos. O tamanho dos lotes não garante a sobrevivência apenas com a extração da castanha, feita apenas na época chuvosa.

Mesmo que as castanheiras pudessem produzir *ad infinitum*, a renda que geram dificilmente tornaria atrativa sua manutenção. Onde há cupuaçuzeiros e castanheiras nativos, o cupuaçu tornou-se mais rentável que a castanha. A frutificação rápida do cupuaçuzeiro estimulou seu plantio, para substituir a coleta na mata. Mas as famílias não se sustentam só com o extrativismo, o que leva à agricultura de subsistência, com evidente risco para a sustentabilidade ecológica e econômica a médio e longo prazos.

A promulgação da Constituição de 1988 desencadeou a criação de dezenas de municípios no Sudeste Paraense, fenômeno político associado à tentativa de receber benefícios públicos, já que em tais áreas a infraestrutura social não correspondia às aspirações da população. Novos municípios, além de facilitarem a obtenção de eventuais benefícios, criam feudos ou "currais" eleitorais e instalam um novo dinamismo local, atraindo migrantes, gerando obras de infraestrutura e expandindo a fronteira agrícola, entre outros efeitos. Logo, também estimulam a contínua destruição dos castanhais.

A violência no campo, frequente nas manchetes da mídia sobre o sudeste do Pará, é apenas a ponta do "*iceberg* social" da região, decorrente de políticas públicas inadequadas e da transferência de problemas de outras partes do País. Essa violência foi registrada em muitos episódios e atingiu um nível extremo no chamado "massacre de Eldorado dos Carajás", em 17 de abril de 1996, quando 19 pessoas morreram em confronto com tropas enviadas pelo governo estadual.

Os assentamentos fundiários e as invasões de propriedades são outras causas da derrubada de castanheiras. Nas frentes pioneiras, a agricultura familiar se instala acompanhando as estradas de extração de madeira, derrubando e queimando o que resta da floresta. Madeireiros e agricultores familiares são os principais atores nas frentes pioneiras da Amazônia. Os primeiros extraem – de maneira predatória – o maior número possível de árvores com madeiras de maior valor e, assim que estas se esgotam, avançam na fronteira, abrindo caminho para a instalação de posseiros.

A análise dos fatos históricos confirma a inconsequência da destruição dos castanhais, que poderia ter sido reduzida ou evitada. Ela significa a busca do caminho mais fácil, que evita ferir interesses econômicos e políticos, ou – afirmação comum na Amazônia – a busca do "equilíbrio cognitivo", baseado na justificativa de que outros já o fizeram, no passado e em outros países.

O declínio do extrativismo da castanha-do-pará não decorreu da expansão de plantios racionais. Está associado, na verdade, ao conflito decorrente da ocupação comum do espaço geográfico por diferentes atores sociais, nas últimas três décadas, e do interesse do Estado pelos recursos minerais locais. As castanheiras sempre foram vítimas dos conflitos de políticas públicas (entre ministérios, entre as esferas federal, estadual e municipais e até entre órgãos ambientais), bem como da ausência ou descumprimento dessas políticas. Esse trabalho, que contou com recursos do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária para o Brasil (Prodetab), mostra que essa morte anunciada continua em pleno processo.

A outra lição dessa história é a de que os problemas ambientais na Amazônia não são isolados. A destruição das castanheiras é um efeito colateral de problemas socioeconômicos tanto da Amazônia quanto de fora. A migração para o Sudeste do Pará está associada à pobreza no Nordeste, como revelam os dados sobre a origem de posseiros e integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST). Juntos, as políticas públicas e os interesses de empresas (do país e do exterior) nos recursos minerais do Pará resultam, em decorrência da reduzida geração de empregos, em um paradoxo: a presença da pobreza absoluta em uma das regiões mais ricas em jazidas minerais do planeta.

Outra questão é a visão de que o processo de destruição dos recursos florestais é parte de uma "evolução" econômica. A princípio, o desmatamento e as queimadas chocam, mas à medida que as áreas são limpas, plantadas ou urbanizadas, passam a compor uma "segunda natureza" aceita como progresso, como ocorreu nas áreas mais ricas do País. Reduzir a destruição da floresta, portanto, exigirá um esforço hercúleo: além de coibir a extração ilegal de madeira e controlar derrubadas e queimadas, será necessário conscientizar a população quanto a esse erro conceitual.

Grande parte dos envolvidos no extrativismo também realiza cultivos agrícolas. O tempo gasto na atividade extrativa depende do produto a ser coletado, da facilidade de acesso a ele, da compatibilidade com o calendário agrícola e da relação de preços entre produtos agrícolas e extrativos. Na Amazônia, com o aumento populacional e a urbanização, os preços relativos das culturas anuais (em especial alimentos) subiram ao longo do tempo, e por isso muitos dos que viviam da coleta de produtos florestais mudaram para a agricultura. Assim, o apoio ao extrativismo não garante a redução de desmatamentos e queimadas – isso vai depender da situação econômica do extrator.

Um forte estímulo ao extrativismo vegetal, sem critério, poderá criar dois grupos distintos. Um, menor, servindo de modelo, não desmatará nem queimará, mas drenará recursos do governo ou externos e dependerá da produção de alimentos em áreas desmatadas (à custa de mão de obra e bens de energia vindos de outras regiões). O grupo maior, que produzirá os alimentos, continuará a depender da depredação de recursos naturais e de eventuais benefícios públicos. Portanto, para evitar a extração predatória de madeira e o desmatamento na Amazônia será preciso combater a pobreza no Nordeste e dar sustentabilidade aos minifúndios no Sul e Sudeste, além de incentivar o reflorestamento em outras regiões.

A incompatibilidade (às vezes antagonismo) entre as políticas públicas federal, estadual e municipais vem causando o colapso do extrativismo em várias partes do País, levando à perda de recursos genéticos que poderão ser valiosos no futuro. Isso se dá com a carnaúba (*Copernicia prunifera*) no Nordeste, a castanha e o cupuaçu no Pará, a seringueira e o uxi (*Endopleura uchi*) em outras áreas amazônicas, entre outros. A preservação desses recursos deve ser feita com uma visão mais ampla, pois talvez os produtos extrativos nunca atinjam um valor que os torne economicamente atraentes. A importância do extrativismo, envolvendo certas circunstâncias, locais e produtos, está em ganhar tempo até que surjam outras alternativas econômicas.

O historiador norte-americano Warren Dean (1932-1994), no clássico livro *A ferro e fogo*, publicado após sua morte em acidente no Chile, relata a destruição da Mata Atlântica, hoje reduzida a menos de 8% de sua extensão na época em que o Brasil foi descoberto. Fenômeno semelhante está ocorrendo, no caso dos castanhais, no Sudeste Paraense, palco, nos últimos 30 anos, de conflitos fundiários envolvendo agricultores de fronteira, grileiros, garimpeiros, fazendeiros, madeireiros e índios. A existência, ali, de uma grande área desmatada é fato consumado. As decisões sobre os rumos do desenvolvimento nessa área podem influir fortemente no que acontece nos remanescentes de floresta (que incluem muitas castanheiras) na mesma região.

Ainda há chance de salvar as florestas (e suas castanheiras) remanescentes no Sudeste Paraense e evitar ali o que aconteceu na Mata Atlântica. Para isso, é essencial transformar as terras desmatadas em uma "terceira natureza" – áreas que, após serem alteradas, sofrem nova intervenção, ou para recuperação (como ocorreu, por exemplo, no Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro, que era um antigo cafezal) ou para um aproveitamento específico, como a agricultura. Na área desmatada, é preciso intensificar a agricultura e adotar políticas públicas harmônicas. Já na área de floresta remanescente é necessário maior rigor na fiscalização do desmatamento e da extração madeireira.

A maioria pensa em salvar o que resta da "primeira natureza", mas também seria importante recuperar áreas devastadas (a "segunda natureza"), implantando atividades produtivas apropriadas, o que desestimularia o avanço sobre a floresta. Essa "terceira natureza" reduziria o risco ambiental e poderia ser complementada com a regeneração de áreas (mananciais, por exemplo) que não deveriam ter sido destruídas.